



Universidades Lusíada

Barbosa, Vera Lúcia Ermida, 1965-

“A luta não tem fim” : serviço social e movimento social urbano brasileiro

<http://hdl.handle.net/11067/6567>

<https://doi.org/10.34628/7gdt-h724>

Metadados

Data de Publicação

2021

Resumo

Este artigo aborda uma experiência do Serviço Social no contexto dos movimentos sociais urbanos no Brasil e sua relação com a construção de um projeto ético-político da profissão. A reflexão se apoia no documentário “A luta não tem fim”, produzido em 1987 por alunas da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, que registra a trajetória de 18 famílias desabrigadas do Morro do Estado no Rio de Janeiro. Considera a história dialética da duração para situar a experiência na luta p...

This article addresses an experience of Social Work in the context of urban social movements in Brazil and its relationship with the construction of an ethical-political project of the profession. The reflection is supported by the documentary “The struggle has no end”, produced in 1987 by students from the School of Social Work of the Universidade Federal Fluminense, which records the trajectory of 18 homeless families from Morro do Estado in Rio de Janeiro. It considers the dialectical history...

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-ISSSL] IS, n. 57-58 (2021)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T11:24:52Z com informação proveniente do Repositório

**“A LUTA NÃO TEM FIM”:
SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTO SOCIAL URBANO
BRASILEIRO***

**“THE STRUGGLE HAS NO END”:
SOCIAL WORK AND BRAZILIAN URBAN SOCIAL
MOVEMENT**

Vera Lúcia Ermida Barbosa

*Doutora em Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra.
Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense.
Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro.
Investigadora integrada do CLISSIS - Universidade Lusíada de Lisboa.
Membro do Grupo de Pesquisa ProjetAH - História da Mulher, Gênero,
Imagens e Sertões - Universidade Federal da Paraíba.
ORCID ID: 0000-0002-7785-0113*

DOI: <https://doi.org/10.34628/7gdt-h724>

Data de submissão / Submission date: 30.04.2021

Data de aprovação / Acceptance date: 30.09.2021

* Este trabalho é uma versão atualizada e resumida do artigo publicado em 2016 na Revista Millars: espai i història. Ermida Barbosa, Vera Lucia; Roly Cunha, Hélia (2016). “A Luta não Tem Fim”: una experiència del moviment social y de educación popular en el Brasil entre 1985 y 1987 [online]. Millars: espai i història, [en línia], Vol. 41, Núm. 2, p. 129-54. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Millars/article/view/328292> [acesso Abril de 2021 19].

Resumo: Este artigo aborda uma experiência do Serviço Social no contexto dos movimentos sociais urbanos no Brasil e sua relação com a construção de um *projeto ético-político* da profissão. A reflexão se apoia no documentário “A luta não tem fim”, produzido em 1987 por alunas da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, que registra a trajetória de 18 famílias desabrigadas do Morro do Estado no Rio de Janeiro. Considera a *história dialética da duração* para situar a experiência na luta pela construção de um projeto transformador de sociedade com base em estruturas participativas organizadas autonomamente na sociedade civil. Analisa as experiências acumuladas pelo movimento social urbano para compreender os desafios da profissão no contexto contemporâneo globalizado de crise da modernidade e novas formas de racionalidade. Conclui que a atualidade do documentário está em evidenciar uma práxis profissional comprometido com a luta de classes, ao lado dos subalternos e subalternas.

Palavras-chave: Movimento social urbano; Serviço social; Participação popular.

Abstract: This article addresses an experience of Social Work in the context of urban social movements in Brazil and its relationship with the construction of an ethical-political project of the profession. The reflection is supported by the documentary “The struggle has no end”, produced in 1987 by students from the School of Social Work of the Universidade Federal Fluminense, which records the trajectory of 18 homeless families from Morro do Estado in Rio de Janeiro. It considers the dialectical history of duration to situate the experience in the struggle for the construction of a transforming society project based on participatory structures organized autonomously in civil society. It analyzes the experiences accumulated by the urban social movement to understand the challenges of the pro-

fession in the contemporary globalized context of the crisis of modernity and new forms of rationality. It concludes that the current status of the documentary is to show a professional praxis committed to the class struggle, alongside the subordinates and subalterns.

Keywords: Urban social movement; Social work; Popular participation.

“A luta não tem fim” - histórico

Situar uma experiência na *história dialética da duração* significa compreender que “cada «atualidade» reúne movimentos de origem e de ritmo diferente: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de anteontem, de outrora” (Braudel, 2005, p. 54).

“A luta não tem fim” é um documentário realizado em 1987¹ que registra a luta por moradia protagonizada por 18 famílias desabrigadas do Morro do Estado, favela localizada em Niterói, Rio de Janeiro². A produção de caráter coletivo é parte da experiência de estágio curricular das alunas³ do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS-UFF).

A experiência se situa no contexto dos movimentos sociais urbanos populares, caracterizados por Gohn (2000) como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos que se concretizam através da adoção de estratégias diferenciadas e locais e tomam a forma de denúncias, ações diretas e pressões indiretas criando, assim, um campo político de força social na sociedade civil. Segundo Brandão

1 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ECXGsshkoD8> [Acesso em 2021 Abril 20]

2 Localizada no centro da cidade de Niterói, a ocupação do Morro do Estado data de 1914. No início da década de 90, sua população era de 3.533 habitantes distribuídos em 0,19 km², em 2010 essa contagem chegaria a 4.073. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1991, 2010). Uma ocupação caracterizada pela forte segregação espacial em relação aos bairros vizinhos, sem regulamentação fundiária e serviços de infraestrutura precários, baixa escolaridade, subemprego e altas taxas de violência.

3 Hélia Roly Cunha, Luz Maria Durans Matos, Marilene Schlottgen Kraus e Vera Lúcia Ermida Barbosa.

(2017), os movimentos sociais populares se constituíram como um espaço permanente de confronto e de construção de saberes num processo permanente em que as necessidades populares se transformam em demandas sociais. No documentário é possível identificar estas formas de ações estratégicas e construção de saberes.

A intervenção do Serviço Social como suporte na organização do movimento ao longo de dois anos foi marcada por um lado, pela articulação que reuniu setores da sociedade civil: ESS-UFF, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seção de Direitos Humanos, Núcleo de Áudio Visual (NAV-UFF) e Federação das Associações de Moradores de Niterói (FAMNIT), e por outro, pelas reuniões comunitárias semanais numa perspectiva política e ideológica a partir das quais se construía novas estratégias do movimento visando a politização, organização e motivação individual e coletiva.

Uma das estratégias adotadas frente ao descaso do poder público às demandas do movimento foi a denúncia através dos meios de comunicação. Foi neste contexto que surgiu a ideia, trazida por uma moradora, “já pensou, esta nossa história dá até um filme!”. Passou-se, então, a documentar a história e a luta, tornando o vídeo um instrumento de denúncia e pressão. Para o Serviço Social, a realização deste registro oportunizou um processo de reflexão baseado nos preceitos da Educação Popular não apenas como uma atividade pedagógica, mas como um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, o momento em que a vivência do saber compartilhado criava a experiência do poder compartilhado (Freire, 1999). A perspectiva de desvelamento da luta de classe e apoio à organização teve como enfoque o protagonismo da participação de moradores e moradoras em todas as etapas de construção do roteiro, definição locais e seleção de narrativas, condução das filmagens, edição, música e utilização do material finalizado foi objeto de reflexão. Nas palavras de uma moradora,

Esse vídeo não é só a nossa vida não, é a vida de muita gente. Ele vai ser uma visão pra muita gente também, não é só pra gente não. Esse vídeo realmente, vamos conseguir penetrar em algum lugar da televisão, mostrando o final da vida da gente aqui, como foi a luta da gente. [...] Esse vídeo vai ser uma preparação pra muitas

peças seguir a mesma coisa que a gente seguimos. Esse vídeo é um termo de comunicação muito boa (Moradora) (Barbosa et al., 1987, p.78).

O registro da narrativa de moradores e moradoras acerca da sua história e da sua luta por moradia representou a possibilidade de resgatar histórias de vida através da memória individual e coletiva favorecendo reflexões acerca da sociedade de classes. Para as alunas de Serviço Social,

Nossa inserção no campo de estágio se fez com a proposta de fortalecer as bases e contribuir para o processo organizativo e participativo dos moradores, refletindo com eles acerca de sua problemática, com o objetivo de mobilizá-los e instrumentalizá-los para em conjunto tirarmos encaminhamentos e definir passos a seguir nas negociações com o Poder Público, de forma a terem um entendimento do todo. Simultaneamente a isto, procurávamos despertar neles a percepção crítica da realidade em que vivem, pois acreditamos que trabalhar estratégias de ação não está desvinculado da percepção crítica, porque um está atrelado ao outro, pois quando refletimos com o morador acerca das relações de poder que há entre os órgãos públicos e eles, acreditamos estar contribuindo para o avanço de sua percepção crítica e ao mesmo tempo traçando estratégias de ação para as negociações (Barbosa et al., 1987, p. 106).

Como teoria pedagógica, a educação popular é um saber e uma teoria construídos coletivamente por intelectuais, movimentos sociais, técnicos e lideranças populares na busca da transformação social. São ações que visam “superar as estruturas políticas e econômicas geradoras de pobreza e de opressão, mediante o fortalecimento da solidariedade, da amorosidade, da organização e da autonomia dos subalternos e de seus grupos” (Vasconcelos, 2011, p. 15).

A educação popular como prática de liberdade (Freire, 1999) se concretizava em ações educativas que buscavam criar espaços autônomos, onde o manejo do poder e do saber se concretiza dentro de relações entre iguais. Assim, as formas educativas de caráter participativo e a reflexão coletiva da prática dos próprios atores são privilegiadas como estratégias da práxis do Serviço Social.

“A luta (que) não tem fim”: uma experiência articulada ao projeto ético-político do Serviço Social

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela redemocratização do cenário político após mais de vinte anos de ditadura civil militar e pela aprovação da nova Constituição Federal Brasileira de 1988⁴ que reconheceu como direitos as reivindicações históricas dos movimentos sociais, afirmando a legitimidade da participação coletiva e redefinindo profundamente a orientação e a ação dos movimentos em relação à democracia.

Mas, se a década de 80 foi um grande celeiro dos movimentos sociais, a década de 90 foi marcada pela crise internacional do capitalismo globalizado e pela chegada do neoliberalismo ao Brasil, que trouxe consigo desemprego, reformas, precarização das condições trabalhistas e grandes obstáculos a regulamentação e implantação plena da recém aprovada Constituição.

A análise dos movimentos sociais na contemporaneidade insere-se num campo mais amplo, o da crise da modernidade e a emergência de novas formas de racionalidade. As relações de poder e dominação entre o Norte e o Sul no mundo e, conseqüentemente a questão da produção e reprodução das relações sociais desiguais entre indivíduos, grupos e movimentos da sociedade aponta para questões históricas e atuais, políticas e ideológicas que necessitam estar presentes no debate contemporâneo. Os chamados processos de globalização, como afirma

Santos (2005, p. 32), se caracterizam como um “fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”.

Com esse cenário global histórico e atual _ e seus impactos no nível local _ os movimentos sociais se moveram em diversas direções. Ainda na década de 90 o formato adotado nos anos 70 e 80 como as mobilizações nas ruas, a educação popular e o trabalho de base junto a grupos populares foram colocados de lado e considerados como es-

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm [acesso Abril de 2021 19].

estratégias ultrapassadas de luta. Um contexto que levou os movimentos sociais urbanos a se rearticularam, interna e externamente, em seu papel na sociedade (Gohn, 2000).

Os anos 90 representaram o início de um processo não de desaparecimento, mas de desarticulação dos movimentos sociais, que se prolongaria até os anos 2000. Nesse período, diversas entidades de apoio as lutas populares extinguíram-se frente a crise ou viram seus quadros reduzidos, fundiram-se com outras ou deslocaram sua atuação para áreas específicas a partir das políticas de governo, que passaram a ser específicas (excluídos, crianças, questões de gênero, etnia, idade, etc.). Para Gohn (2015, p. 41) “os oprimidos desenvolveram culturas de resistência, ora se calam, ora se insurgem, porque a situação se perpetua, com mudanças históricas no cenário político e econômico”.

As estratégias de construção de um projeto de transformação social em contraponto aos processos globais vêm percorrendo novos rumos nas duas últimas décadas. O associativismo brasileiro voltou a ter visibilidade e centralidade, e neste novo momento da sua trajetória também apresenta atores que pressionam por processos de mudança social. Apresentam-se heterogêneos quanto aos seus atores sociais e suas inserções de luta, seja nos movimentos de resistência e protesto quanto a globalização e a economia, seja nos movimentos que geram novas sociabilidades via conexões de rede da internet os movimentos sociais seguem sendo um sujeito social coletivo, e enquanto tal, não pode ser pensado dissociado do contexto histórico e conjuntural.

Estes cenários _ local e global _ vêm gestando projetos micro e macro de transformação da sociedade sobre os quais se construiu _ e continua a construir _ o *projeto ético-político* do Serviço Social (Netto, 2006). Essa vinculação se relaciona a própria exigência imposta pela dimensão política da intervenção profissional, que instrumentaliza práxis como a que originou a experiência “A luta não tem fim”.

A práxis apoiada no *projeto ético-político hegemônico* do Serviço Social, como afirma Iamamoto (2006, p. 33-34),

[...] requisita um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para

a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Estes elementos, aliados à pesquisa da realidade possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conecta-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los.

Algumas considerações

“A luta não tem fim” se configurou como uma experiência de educação popular fundamentada pela práxis do Serviço Social na perspectiva de concretizar direitos individuais que se refletiam nos direitos coletivos.

A construção do vídeo se constituiu em um duplo instrumento de politicidade (Demo, 2020). Por um lado, enquanto processo de aprendizagem e de autonomia, e por outro, como instrumento político propriamente de luta e de pressão na perspectiva de que ensinar e aprender é uma experiência dialética (Freire, 1999).

A contextualização da *história dialética da duração*, determinada e determinante das mudanças societais, se faz indispensável para localizar e compreender as dinâmicas que atravessam a práxis do Serviço Social ao longo da sua construção. É nesse processo que os/as profissionais se situam _ como suporte _ dos movimentos sociais contra a globalização, ao lado de grupos libertários e emancipatórios que dão novo formato, com novos atores, punks, darks, velhos hippies, indignados, *Black Blocs* e somam-se aos já existentes (índios/as, negros/as, mulheres, LGBT, urbanos e rurais, apenas

para citar alguns) no enfrentamento ao fenômeno contemporâneo que está na base dos problemas sociais onde a naturalização da injustiça, a exploração e a pobreza nas mentes da população que inibe o desenvolvimento do pensamento crítico (Sirvent, 2008).

Cabe indagar o que havia de novo na experiência que chamamos aqui de “A luta não tem fim” e o que ela nos diz de novo atualmente quanto a práxis do Serviço Social?

Talvez a novidade tenha sido não desprezar o contexto histórico político e social da década de 80 e a visão de que a consciência histórica é processual, e elabora-se no jogo de tensões, trocas e posições dos sujeitos em cena. Talvez a convicção de que a participação cidadã deve nascer de estruturas participativas organizadas autonomamente na sociedade civil e neste sentido o trabalho de base é fundamental para alimentar e fortalecer a representação coletiva nas esferas públicas. Talvez ter valorizado as experiências acumuladas pelo próprio movimento social e transformar em práxis um dos princípios fundamentais da educação popular de que ninguém liberta ninguém ou se liberta sozinho, a liberdade é uma conquista coletiva (Freire, 2019). Talvez ela continue a afirmar que não há Serviço Social neutro e que nosso *projeto ético-político* está comprometido com a luta de classes e ao lado da classe trabalhadora, dos oprimidos e oprimidas, dos subalternos e subalternas.

“A luta não tem fim” foi o nome escolhido pelas famílias, através de votação, para expressar seu sentimento em relação a sua luta. Foi, também, adotado como título no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por nós, então alunas, para expressar a escolha ética e política profissional que marcaria definitivamente nossa trajetória. O nome que intitula o documentário permanece definindo lutas por direitos fundamentais da pessoa humana numa sociedade de classes que se fundamenta na desigualdade e na desumanização global de grande parte da população.

O documentário segue sendo referência nacional para a formação de lideranças comunitárias e movimentos sociais urbanos⁵

⁵ Núcleo Piratininga de Comunicação. Disponível em: <https://nucleopiratininga.org.br/> [Acesso em 2021 Abril 19].

e em 2016 o relato desta experiência e sua atualidade fez parte do Dossier: Crisis y rupturas en América Latina, 1970-1980 (Ermida Barbosa e Roly Cunha, 2016).

Após mais de três décadas, “A luta não tem fim” permanece atual, apontando caminhos de resistência.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Vera Lúcia Ermida [et al.] (1987). “A lua não tem Fim”: uma experiência em Educação Popular. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil: Universidade Federal Fluminense.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (2017). O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense.
- BRAUDEL, Fernand (2005). Escritos sobre a história. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva.
- DEMO, Pedro (2020). Politicidade: razão humana. Campinas: Papi-rus Educação.
- ERMIDA BARBOSA, Vera Lúcia; ROLY CUNHA, Hélia (2016, Dezembro). “A luta não tem fim” : una experiencia del movimiento social y de educación popular en el Brasil entre 1985 y 1987. Revista Millars: Espai i Història [online]. Volume 23, nº 41, p. 129-154. Disponível em: <https://www.e-revistes.uji.es/index.php/millars/article/view/3239> [consulta 19/04/2021].
- FREIRE, Paulo (1999). Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (2019). Pedagogia do Oprimido. 75.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOHN, Maria da Glória (2000, Jan./Jun.). 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Mediações - Revista de Ciências Sociais [online]. Volume 5, nº 1, p. 11-40. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/media-coes/article/view/9194> [consulta 19/04/2021].
- GOHN, Maria da Glória (2015, Setembro). Desafios para a pesquisa em ciências sociais na América Latina na temática da participação

- social. Polis Revista Latinoamericana [online], Volume. 41, p. 1-11. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/11186> [consulta 21/04/2021].
- IAMAMOTO, Marilda Vilela (2006). As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. Mota, Elisabete. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional [online] São Paulo: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social & Organização Pan-American da Saúde, p. 1-37. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/sumario.htm [consulta 1/03/2021].
- NETTO, José Paulo (2006). A construção do projeto ético-político do serviço social. Mota, Elisabete. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional [online] São Paulo: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social & Organização Pan-American da Saúde, p. 1-22. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/sumario.htm [consulta 1/03/2021].
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2005). Globalização: fatalidade ou utopia? Porto: Edições Afrontamento.
- SIRVENT, Maria Teresa (2008). Educación de adultos: investigación, participación, desafíos y contradicciones. 2.ª ed. Buenos Aires: Minó Dávila.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão (2011). Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec.

Financiamento

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto CLISSIS - UI/DB/04624/2020, UI/DP/04624/2020; Projeto CIDEHUS - UI/DB/00057/2020 e UI/BD/151071/2021.